

SUMÁRIO – 9.1 – PROJETO DE ESTABELECIMENTO DE POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA PARA A REGIÃO DO MÉDIO XINGU

9. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	9.1-1
9.1. PROJETO DE ESTABELECIMENTO DE POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA REGIÃO DO MÉDIO XINGU	9.1-1
9.1.1. INTRODUÇÃO	9.1-1
9.1.1.1. OBJETIVO GERAL.....	9.1-3
9.1.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9.1-3
9.1.2. RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	9.1-4
9.1.2.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI).....	9.1-4
9.1.2.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.....	9.1-4
9.1.2.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)	9.1-6
9.1.2.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO.....	9.1-12
9.1.3. ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO.	9.1-13
9.1.4. ATENDIMENTO ÀS METAS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO .	9.1-15
9.1.5. ATIVIDADES PREVISTAS	9.1-17
9.1.6. ATENDIMENTO AO CRONOGRAMA	9.1-18
9.1.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	9.1-20
9.1.8. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO	9.1-21
9.1.9. ANEXOS	9.1-22

9. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

9.1. PROJETO DE ESTABELECIMENTO DE POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA REGIÃO DO MÉDIO XINGU

9.1.1. INTRODUÇÃO

Durante a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE BM), seguiram-se as etapas adotadas em estudos similares, as quais também encontram-se previstas nos Termos de Referência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Assim, realizou-se um diagnóstico da situação socioeconômica e cultural dos povos indígenas da região e a identificação, caracterização e avaliação de possíveis impactos e interferências ambientais e socioculturais sobre esses povos¹.

Os impactos socioambientais foram considerados a partir da percepção dos indígenas, sendo caracterizados como qualquer alteração no cotidiano das comunidades, em sua organização social, política, cultural e/ou econômica, provocadas por uma ação externa².

A questão da educação é caracterizada ao longo dos Estudos Etnoecológicos do EIA como um impacto essencialmente positivo e de incidência direta, pois há a expectativa da melhoria da qualidade de vida por parte das populações afetadas. Essa expectativa tem origem nas informações sobre medidas compensatórias para populações indígenas, em casos em que são diretamente afetados por grandes projetos governamentais³.

A educação escolar indígena foi por muito tempo responsabilidade da FUNAI, já esteve a cargo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de Altamira e na década de 1990 foi repassada para a Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC/PA). Neste período, este órgão ficou responsável pela contratação e formação de professores e pelo material didático e a FUNAI manteve um setor de educação responsável por um “apoio técnico” aos professores em áreas indígenas, que consistia basicamente em resolver seus problemas na cidade e mandar “rancho”, além de fazer um acompanhamento de alunos matriculados e frequência. No momento da elaboração do

¹ BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Estudo de Impacto Ambiental/EIA - Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Volume 35, Meio Socioeconômico e Cultural, Apêndice – Tomo 1, Estudos Etnoecológicos. Brasília, DF, set/2009.

² BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Estudo de Impacto Ambiental/EIA - Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Volume 35, Meio Socioeconômico e Cultural, Apêndice – Tomo 2, Estudos Etnoecológicos. Brasília, DF, set/2009.

³ BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Estudo de Impacto Ambiental/EIA - Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Volume 35, Meio Socioeconômico e Cultural, Apêndice – Tomo 2, Estudos Etnoecológicos. Brasília, DF, set/2009.

EIA/RIMA, a educação escolar indígena na região do Médio Xingu estava sob responsabilidade das Secretarias Municipais de Educação de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio.⁴

O EIA/RIMA apontou a carência, por partes dos órgãos afetos à educação indígena, de programas específicos de educação escolar indígena, de formação específica para os funcionários, de criação de material didático específico, evidenciando a pouca adaptação das escolas à realidade local. A escola, como instituição, consiste em uma ferramenta de inserção na sociedade nacional. Deve-se, entretanto, ter em mente, que ela carrega valores e metodologias que não são próprios das sociedades em questão. Em termos de legislação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁵, em seu Artigo 32, assegura “às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”, garantindo assim uma educação diferenciada, de acordo com a realidade e necessidade de cada povo. Ainda, em seu Artigo 78º, a LDB dispõe sobre o Sistema de Ensino da União, que “com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

- I. *I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas Línguas e ciências;*
- II. *II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.*

Partindo-se dos pressupostos acima, as comunidades são responsáveis por definirem que tipo de pessoas a escola irá formar, dentro e fora dela, além de determinar o tipo de escola que desejam, de acordo com a sua organização sociocultural. Sob a ótica política, a escola ajuda a definir as mudanças que a comunidade deseja fazer, por meio das pessoas que está formando. Portanto, quando a escola e a comunidade assumem a responsabilidade de atuar na transformação e na busca do desenvolvimento social, todos os envolvidos devem empenhar-se na elaboração de uma proposta para a concretização desse objetivo. Essa proposta ganha força na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e os órgãos responsáveis pela educação escolar indígena devem atuar como mediadores desse processo.

Dessa forma, na elaboração do presente projeto, levou-se em conta a gestão compartilhada, ou seja, pautada em planejamentos integrados entre instituições governamentais e não governamentais no âmbito da educação escolar indígena, em

⁴ BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Estudo de Impacto Ambiental/EIA - Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Volume 35, Meio Socioeconômico e Cultural, Apêndice – Tomo 5, Estudos Etnoecológicos. Brasília, DF, set/2009.

⁵ BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

conjunto com as comunidades, lideranças e organizações indígenas, no âmbito do Território Etnoeducacional do Médio Xingu (TEEMX), que representa uma nova política indigenista de educação na região.

De acordo com as diretrizes do PBA-CI⁶, mas em acordo com a realidade atual e especificações do PO PBA-CI⁷, a metodologia de trabalho necessária para estruturar uma política específica de educação escolar indígena na região compreende seminários e reuniões técnicas, além da gestão compartilhada, ou seja, pautada no planejamento integrado entre o PEEI e as instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela educação escolar indígena, em conjunto com as comunidades, lideranças e organizações indígenas. Deve resultar dessa pactuação a atribuição acordada e documentada das responsabilidades de cada instituição e da organização escolar, de modo que as ações possam ser complementares, visando metas estabelecidas em conjunto.

Ademais, a recente implementação de uma política indigenista de educação regionalizada trouxe para o Médio Xingu um grande avanço, pois propõe a construção de um novo modelo de planejamento e gestão da educação escolar indígena, tendo como principal referência a forma como os povos indígenas se organizam, as suas especificidades sociolinguísticas, políticas e culturais.

9.1.1.1. OBJETIVO GERAL

O presente projeto visa apoiar, de forma participativa e coletiva, a implementação de uma política de educação escolar indígena específica para a região de Altamira, contemplando as especificidades e autonomia culturais de cada povo indígena da região, bem como as necessidades atuais das escolas e dos processos educativos.

9.1.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apoiar a implantação da política de educação escolar indígena específica para essa região de Altamira, a ser discutida, acompanhada e elaborada em conjunto com os povos indígenas e demais instituições afetas a essa questão, de modo a estruturar um sistema de gestão compartilhada conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996);
- Estruturar o sistema de controle, monitoramento, fiscalização e acompanhamento social, seja através da criação de conselhos locais de educação (a exemplo dos Conselhos Locais de Saúde Indígena), como também através dos Conselhos Municipais e Estadual de Educação Indígena, discutindo

⁶ Gianini, I. V.; Müller, R. P.; Lorenz, S. **PBA do Componente Indígena da Usina Hidrelétrica Belo Monte**, Volume 1. Brasília, DF, mai/2011.

⁷ Norte Energia S.A. **Plano Operativo - UHE Belo Monte**. Brasília, DF, fev/2013.

com as comunidades e instituições, qual a melhor forma para o funcionamento desse sistema;

- Estruturar um sistema de monitoramento e avaliação permanente e participativo;
- Dar início ao processo de construção de um sistema regional de indicadores específicos de educação escolar indígena, com metas a serem atingidas a cada ano.

9.1.2. RESULTADOS CONSOLIDADOS

9.1.2.1. REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS (AÇÃO JÁ EXECUTADA PELO MEC E FUNAI)

O Mapeamento da Educação Escolar Indígena no Médio Xingu foi realizado pela então Coordenação Regional de Belém (CRBEL) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Altamira (SEMED/Altamira), com o apoio da Norte Energia, nos meses de outubro e novembro de 2011. O objetivo desta ação foi realizar um diagnóstico da educação escolar indígena na região que embasasse as ações de fortalecimento das políticas públicas de educação voltadas aos povos indígenas.⁸

No relatório final (**Anexo 9.1 - 1**), em linhas gerais, a FUNAI apresenta um diagnóstico que evidencia a ausência de elementos que caracterizam a educação indígena diferenciada, como professores indígenas em sala de aula, uma educação multicultural e bilíngue, o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada povo, materiais didáticos específicos, a ausência de programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação escolar nas comunidades indígenas.

9.1.2.2. APOIO À REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANUAL EM ALTAMIRA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A realização do seminário anual foi substituída pela realização da reunião do Território Etnoeducacional, para atendimento à solicitação feita pelo MEC ao Empreendedor.

O Mapeamento da Educação Escolar Indígena no Médio Xingu, realizado em outubro e novembro de 2011 pela FUNAI e pela SEMED de Altamira (**Anexo 9.1 - 1**) apontou a necessidade de articulação entre os diferentes atores diretamente envolvidos com a questão da educação escolar indígena e os povos indígenas a fim de tratarem sobre os

⁸ BRASIL. Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio. **Mapeamento da Educação Escolar Indígena no Médio Xingu - Relatório Final (Ano 2011)**. Altamira, PA, mar/12.

desafios do tema em questão na região. Assim, durante o I Encontro de Educação Escolar Indígena do Médio Xingu, realizado entre 28 de novembro e 02 de dezembro de 2011 (**Anexo 9.1 - 2**), lideranças e estudantes indígenas, representantes da FUNAI, MEC, SEDUC-PA, SEMEDs de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, além de representantes do Observatório da Educação Escolar Indígena da UFSCar, da UFPA e UEPA, iniciaram as discussões sobre novas propostas para as políticas públicas de educação indígena no Médio Xingu. As informações levantadas no diagnóstico inicial realizado pela FUNAI e discutidas mais a fundo durante o referido encontro de educação serviram posteriormente como subsídios para a pactuação do Território Etnoeducacional do Médio Xingu (**Anexo 9.1 - 3**) em maio de 2012.

Os Territórios Etnoeducacionais constituem uma política de educação escolar indígena, disposta em legislação específica e organizada com a participação dos povos indígenas, observando a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades. Cada território etnoeducacional compreende, independentemente da divisão político-administrativa do País, as terras indígenas, mesmo que descontínuas, ocupadas por povos indígenas que mantêm relações sociais, históricas, políticas e econômicas. Essas unidades executarão um plano de ação, elaborado e acompanhado por uma comissão gestora, a qual deve ser composta por um representante do Ministério da Educação, um representante da FUNAI, um representante de cada povo indígena abrangido pelo Território Etnoeducacional, um representante de cada entidade indigenista com notória atuação na educação escolar indígena, além de serem obrigatoriamente convidados para integrar a comissão os Secretários de Educação dos Estados, do Distrito Federal e Municípios. Também poderão ser convidados representantes de outros órgãos, instituições ou entidades que desenvolvam ações voltadas para a educação escolar indígena.⁹

Como na época da elaboração do PBA-CI não havia a referida política indigenista na região, a atividade proposta para o acompanhamento da implementação de políticas educacionais foi a realização de seminários anuais. Entretanto, o escopo desta ação tornou-se responsabilidade da Comissão Gestora do Território Etnoeducacional do Médio Xingu (TEEMX) e com essa nova configuração, a presente atividade foi substituída, em 2014, pelo “apoio à realização da reunião da Comissão Gestora do TEEMX”, conforme comunicação realizada entre o empreendedor e o MEC (**Anexo 9.1 - 4**). Cabe ressaltar que a convocação desta reunião é competência do Estado, aqui representado pelo MEC, ficando a cargo do PEEI apenas o apoio financeiro, logístico e técnico, bem como a orientação aos conselheiros indígenas, em integração com a ação “*Formação/capacitação de conselheiros locais para participarem de forma qualificada dos conselhos e comitês*” do Programa de Fortalecimento Institucional (PFI).

Assim, a reunião da Comissão Gestora do TEEMX ocorreu nos dias 19 e 20 de março de 2014 em Altamira (**Anexo 9.1 - 5**), através do apoio técnico, logístico e financeiro da Norte Energia. A equipe do PEEI, durante a reunião, informou aos indígenas presentes sobre o planejamento conjunto com as SEMEDs e SEDUC-PA para 2014, esclarecendo

⁹ BRASIL. **Decreto nº 6.861**, de 27 de maio de 2009.

dúvidas e expectativas. A equipe também participou de grupos de discussão junto aos representantes indígenas, educadores das SEMEDs e MEC, explicando o objetivo da criação de uma política regional de educação para todas as Terras Indígenas (TIs), na área de influência da UHE Belo Monte e auxiliando principalmente os povos de recente contato a entenderem como deveriam apontar prioridades de encaminhamentos junto à assembleia do TEEMX.

Durante a reunião, foram esclarecidas questões técnicas referentes à execução (construção e aquisição de equipamentos das escolas) das obras de infraestrutura pactuadas no PBA-CI, com execução de projetos e obras sob responsabilidade da Norte Energia. Foi enfatizada também a importância de uma articulação do PEEI com as diversas instâncias responsáveis pela educação indígena na região, a saber, as Secretarias Municipais de Educação de Altamira, de Vitória do Xingu e de Senador José Porfírio, a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/PA) e o MEC para o desenvolvimento das ações de educação previstas no Plano Básico Ambiental-Componente Indígena (PBA-CI).

Conforme consta em ata (**Anexo 9.1 - 5**), como resultado para o PEEI ficou a aprovação da impressão dos materiais didáticos elaborados pelos professores indígenas em oficina de formação continuada realizada pelo PEEI em fevereiro de 2014 e a possibilidade do apoio no Curso do Magistério Indígena, organizado pela SEDUC-PA. Neste caso, o curso modular teria etapas na cidade de Altamira e etapas nas aldeias, ficando sob responsabilidade do PEEI o acompanhamento das atividades/etapas dos professores em formação em suas comunidades.

A realização da reunião do TEEMX reflete um importante espaço político para os povos indígenas da região, pois permite uma ampla representatividade dos mesmos junto às instâncias de governo. Trata-se de um local para os povos indígenas exercerem um maior controle social sobre as políticas públicas de educação e de promoção dos direitos indígenas, reconhecendo e valorizando sua diversidade sociocultural e linguística, sua autonomia e exercendo o protagonismo.

9.1.2.3. APOIO AO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (PPP)

O PEEI vem atuando em parceria com os órgãos responsáveis pela educação escolar indígena nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio. Uma das atividades cujas secretarias municipais de educação (SEMEDs) solicitaram apoio para sua concretização e que consiste em uma importante ação do Plano Operativo – PO do PBA-CI é o apoio à construção das propostas pedagógicas de cada povo e também à elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas indígenas. Este documento define a forma de gestão escolar, as diretrizes curriculares e pedagógicas, a configuração do processo ensino-aprendizagem e os procedimentos próprios para gerir os planos de futuro de cada povo. O espaço escolar constitui-se, assim, em um importante espaço político para os povos indígenas.

Em função da logística da região e do número de aldeias atendidas (34 aldeias), tornou-se inviável a realização das formações de professores por rota. Assim, a equipe do PEEI optou por reunir todos os professores e técnicos das secretarias em um único local, pois as orientações e diretrizes abordadas durante as oficinas são comuns a todas as rotas. Ressalta-se, entretanto, que essa metodologia ainda compreende encontros em todas as Terras Indígenas para a elaboração participativa dos PPPs. Portanto, os dois encontros previstos por rota (que totalizavam seis encontros) foram desdobrados em dois momentos: **a)** um encontro geral e **b)** um encontro nas aldeias para elaboração do documento por povo (dez povos), totalizando onze encontros.

Em outubro de 2014, o PEEI realizou, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Altamira e com a Secretaria Municipal de Educação de Vitória do Xingu, uma Formação Continuada de Professores Indígenas e Não Indígenas que atuam nas aldeias (**Anexo 9.1 - 6**). O objetivo maior desta formação foi esclarecer aos professores o que é um Projeto Político-Pedagógico e qual sua importância, além de fornecer orientações e subsídios para que eles construam o referido documento com a participação das comunidades.

A programação do evento, os recursos e dinâmicas foram planejados pela equipe técnica da SEMED de Altamira, com assessoria do PEEI. Foram convidadas a participar representantes das SEMEDs de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, bem como os professores indígenas e não indígenas que atuam nas aldeias vinculadas a estes municípios. Coube ainda ao PEEI a viabilização da discussão sobre os PPPs. A formação (**Figuras 9.1 - 1 a 9.1 - 4**) ocorreu entre os dias 06 e 11 de outubro de 2014 no Espaço Betânia (Altamira/PA) e contou com a presença do corpo técnico e da coordenadora da educação indígena da SEMED de Altamira, da coordenadora da educação indígena de Vitória do Xingu, da coordenação e equipe técnica do PEEI, de 24 professores indígenas e 16 professores não indígenas que atuam nas aldeias.



Figura 9.1 - 1 – O PEEI realizando a abertura da Formação Continuada de Professores.



Figura 9.1 - 2 – Dinâmica de boas-vindas da SEMED Altamira aos professores.



Figura 9.1 - 3 – Grupo de professores indígenas e não indígenas apresentando as tarefas propostas pela SEMED.



Figura 9.1 - 4 – Grupo de professores ilustrando um exemplo de atividade que pode ser feita com os alunos em sala de aula.

No dia 08 de outubro de 2014, durante a formação, esteve presente no Espaço Betânia a Sra. Presidente do Conselho Estadual de Educação e seu Vice-Presidente para reconhecimento das escolas indígenas (**Figuras 9.1 - 5 e 9.1 - 6**). Os representantes do CEE/PA compuseram a mesa da cerimônia de entrega dos certificados de reconhecimento juntamente com o professor indígena Kwazady Xipaya (**Figura 9.1 - 7**), o coordenador do Plano de Gestão do PBA-CI, Fernando Vicente (**Figura 9.1 - 8**), a secretária de educação de Altamira Suely Silva Rodrigues (**Figura 9.1 - 9**) e a representante da FUNAI - CTL Altamira, Geni Umbuzeiro (**Figura 9.1 - 10**). A coordenação do PEEI acompanhou e assessorou as secretarias municipais de educação durante o processo de requerimento para autorização de funcionamento das Escolas Indígenas dos povos do Médio Xingu. Este evento pode ser considerado um marco dentre os avanços na política regional de educação indígena, pois o reconhecimento oficial pelo CEE/PA permite que as referidas escolas hoje passem a funcionar de forma independente da escola municipal a qual eram subordinadas (**Figuras 9.1 - 11 e 9.1 - 12**).



Figura 9.1 - 5 – Profa. Suely Menezes, presidente do Conselho Estadual de Educação do Pará, durante cerimônia de entrega dos certificados de reconhecimento das escolas indígenas.



Figura 9.1 - 6 – Prof. Luiz Acácio Centeno, vice-presidente do CEE/PA, fazendo uma avaliação dos avanços na educação escolar indígena na região do Médio Xingu.



Figura 9.1 - 7 – Professor Kwazady Xipaya, agradecendo aos representantes do CEE/PA pelo esforço em agilizar o reconhecimento das escolas indígenas.



Figura 9.1 - 8 – Fernando Vicente, representante do PBA-CI, enfatizando a importância da educação como fator de promoção do desenvolvimento social, em favor dos direitos dos povos indígenas.



Figura 9.1 - 9 – Secretária de Educação de Altamira, Suely Rodrigues, ressaltando a importância das parcerias para as políticas regionais de educação escolar indígena.



Figura 9.1 - 10 – Geni Umbuzeiro, representante da FUNAI CTL-Altamira, expondo sua alegria em compartilhar desse marco na educação indígena na região.



Figura 9.1 - 11 – Profa. Suely Rodrigues, Profa. Suely Menezes e Prof. Acácio Centeno, junto aos professores indígenas e não indígenas com os certificados de reconhecimento das escolas.



Figura 9.1 - 12 – Um dos certificados de reconhecimento das escolas indígenas entregues aos professores pelo CEE/PA.

Durante a oficina, professores e técnicos se envolveram na discussão e início da elaboração dos PPPs de cada povo, sob orientação de especialista (**Figuras 9.1 - 13 e 9.1 - 14**). Inicialmente, a mediadora contextualizou o momento refletindo sobre o histórico da educação escolar indígena no Brasil e sobre o cenário atual, com a criação dos Territórios Etnoeducacionais. Lembrou que os PPPs devem ser feitos por etnia e não por escola, para ser um instrumento de fortalecimento da identidade do povo e que os direitos dos povos indígenas terem sua educação diferenciada está garantido em lei.



Figura 9.1 - 13 – A assessora pedagógica do PEEI durante orientação inicial das dinâmicas para discussão dos PPPs por povo.



Figura 9.1 - 14 – A assessora linguística do PEEI contribuindo no debate sobre a diferença entre alfabetização em português e alfabetização na língua materna.

A dinâmica que se aplicou ao longo desses dias buscou introduzir cada assunto e cada etapa que deve compor um PPP, com reflexões e debates coletivos. Após essas reflexões, em cada etapa de construção das propostas, os indígenas foram divididos em grupos por etnia, para, posteriormente, apresentarem as especificidades de seu povo (**Figuras 9.1 - 15 e 9.1 - 16**). Durante o processo de formação, os participantes foram assessorados pelos diversos parceiros presentes (equipe técnica das SEMEDs, equipe técnica do PEEI e do Observatório da Educação Escolar Indígena da UFSCar). Os professores não indígenas foram orientados a apenas mediar as conversas, de modo a não interferir nas decisões dos indígenas.



Figura 9.1 - 15 – Apresentação de atividade pelo grupo dos professores Xikrin.



Figura 9.1 - 16 – Apresentação de atividade pelo grupo de professores Asurini.

Ao final da semana de formação, a equipe do PEEI, em conjunto com as SEMEDs, pactuaram com os professores as etapas de discussão dos PPPs em cada aldeia. Antes do encerramento, foi realizada uma avaliação com os participantes, a fim de embasar as futuras articulações com relação à logística do evento e atender às expectativas dos professores com relação às formações complementares. O **documento de orientação** para as discussões nas aldeias, organizado pelos professores indígenas e seus assessores ao longo do evento, encontra-se no **Anexo 9.1 - 7**.

Cecília Maria Nascimento, coordenadora da educação escolar indígena da SEMED de Altamira, fez o encerramento do evento (**Figuras 9.1 - 17 e 9.1 - 18**), agradeceu à presença de todos os parceiros e professores e reiterou os compromissos firmados durante a formação em prol da melhoria da qualidade da educação indígena.



Figura 9.1 - 17 – A coordenadora da educação escolar indígena da SEMED de Altamira fazendo o encerramento da formação de professores.



Figura 9.1 - 18 – Grupo participante da Formação continuada para professores indígenas e não indígenas, realizada entre 06 e 11 de outubro de 2014, no Espaço Betânia.

Ao final da formação, as equipes técnicas do PEEI e das SEMEDs dividiram-se por Terras Indígenas para acompanhar a elaboração participativa dos PPPs. No mês de novembro/2014, foram iniciadas as discussões nas aldeias dos povos Kararaô, Asurini, Arara, Parakanã e Xipayá. A metodologia estabelecida em conjunto pela equipe do PEEI e da SEMED foi de mediar e orientar a discussão nas aldeias, ficando a cargo das comunidades definirem a forma de organização de seu documento e a forma de organização de sua escola, bem como suas prioridades de ensino. A equipe interinstitucional espera assim promover o protagonismo dos professores indígenas e de outros membros da comunidade, de forma que os indígenas percebam também a importância de refletirem sobre as necessidades de cada comunidade e sobre a formação dos jovens.

Até o presente momento, a equipe do PEEI apoiou a finalização de um PPP (**Figuras 9.1 - 19 a 9.1 - 22**), elaborado pelo povo Xipayá (**Anexo 9.1 - 8**). Os demais PPPs cuja discussão teve início em novembro/2014 encontram-se em fase de finalização.



Figura 9.1 - 19 – Representante do PEEI e educadora da SEMED organizando o PPP Xipaya na aldeia Cojubim, TI Cachoeira Seca.



Figura 9.1 - 20 – Representantes de todas aldeias Xipaya reunidos durante a finalização do PPP.

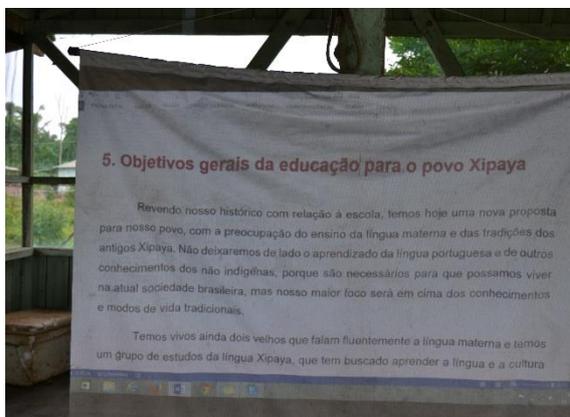


Figura 9.1 - 21 – Documento projetado em tela para facilitar a leitura e organização com os indígenas.



Figura 9.1 - 22 – Videoasta indígena, formado pelo Programa de Patrimônio Cultural do PBA-CI, gravando a reunião das comunidades com a SEMED e o PEEI.

9.1.2.4. FORMAÇÃO DE REDE DE PARCEIROS E REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE INTERCÂMBIO

Visando fortalecer as políticas de educação na região do Médio Xingu, este projeto tem por objetivo promover aos professores indígenas, alunos e membros das comunidades, outras experiências em educação, possibilitando assim a troca de informações e de ideias com outros povos.

O estabelecimento de uma rede de parceiros interessados em discutir os temas referentes à educação indígena deverá ser concretizado com a criação de um sistema de intercâmbio escolar que possibilite viagens pelo menos uma vez ao ano para cada escola/comunidade educativa para outras experiências educativas interessantes. As atividades deste grupo de professores indígenas e educadores das secretarias devem ainda ser amplamente difundidas, de forma a contribuir com a realidade de outros grupos interessados em discutir a educação indígena, valorizando os processos

próprios de aprendizagem de cada povo. Ademais, essa rede de parceiros deverá ser uma ferramenta de fortalecimento das ações educativas nas comunidades.

Atualmente, vêm ocorrendo reuniões entre a equipe do PEEI e os futuros parceiros nesta ação, cujas atividades encontram-se previstas para 2015, conforme observado no **item 9.1.5**. Com relação aos intercâmbios, eles devem ser considerados como etapas de formação continuada dos professores, devendo ser acompanhados, sempre que possível, dos técnicos das secretarias de educação. Sua pactuação está sendo compartilhada com as SEMEDs, responsáveis atualmente pela educação escolar indígena na primeira etapa do ensino fundamental. Estes intercâmbios anuais serão iniciados em 2015 e acontecerão em integração com o Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial (PPC). Em novembro de 2014, a equipe de ambos os programas manifestou informalmente o interesse em conhecer a experiência educativa desenvolvida pelos povos indígenas do Alto Rio Negro e também pelo povo Pankararu, moradores do sertão de Pernambuco, ambos com interessantes contribuições à nova realidade em termos político-educacionais do Médio Xingu. Até o momento, representantes da associação indígena Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) concordaram com a proposta e forneceram alguns contatos para que a parceria seja firmada e oficializada. **(Vide item 9.1.5)**

9.1.3. ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO

A planilha de atendimento aos objetivos do projeto é apresentada na sequência.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	STATUS DE ATENDIMENTO	ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO	JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES
<p>Apoiar a implementação da política de educação escolar indígena específica para essa região de Altamira, a ser discutida, acompanhada e elaborada em conjunto com os povos indígenas e demais instituições afetas a essa questão, de modo a estruturar um sistema de gestão compartilhada conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).</p>	<p>Em andamento</p>	<p>Não se aplica.</p>	<p>A política de educação escolar específica para a região de Altamira está sendo implementada com o apoio da construção do Projeto Político Pedagógico, realizado pelo PEEI. Discussão dos PPPs iniciou em formação continuada para professores em outubro/2014. Em novembro os PPPs começaram a ser elaborados de forma participativa nas comunidades. De um total de dez, um já foi finalizado.</p>
<p>Estruturar um sistema de monitoramento e avaliação permanente e participativo; dar início a um processo de construção de um sistema regional de indicadores específicos de educação escolar indígena, com metas a serem atingidas a cada ano.</p>	<p>Em andamento</p>	<p>Alteração de escopo. Seminário substituído pelo "apoio à realização da Reunião da Comissão Gestora do Território Etnoeducacional do Médio Xingu".</p>	<p>A alteração de escopo foi comunicada via Comunicação Oficial do empreendedor em atendimento à solicitação do MEC. Reunião de 2014 foi realizada em março, previsão de nova reunião no primeiro semestre de 2015. O sistema de monitoramento e avaliação permanente e participativo está sendo realizado por meio da reunião do Território Etnoeducacional do Médio Xingu, realizada pelo PEEI.</p>
<p>Estruturar o sistema de controle, monitoramento, fiscalização e acompanhamento social, seja através da criação de conselhos locais de educação (a exemplo dos Conselhos Locais de Saúde Indígena), como também através dos Conselhos Municipais e Estadual de Educação Indígena, discutindo com as comunidades e instituições, qual a melhor forma para o funcionamento desse sistema.</p>	<p>Em andamento</p>	<p>Alteração de escopo. Seminário substituído pelo "apoio à realização da Reunião da Comissão Gestora do Território Etnoeducacional do Médio Xingu".</p>	<p>A alteração de escopo foi comunicada via Comunicação Oficial do empreendedor em atendimento à solicitação do MEC. Reunião de 2014 foi realizada em março, previsão de nova reunião no primeiro semestre de 2015. O sistema de controle, monitoramento, fiscalização e acompanhamento social está sendo realizado por meio da reunião do Território Etnoeducacional do Médio Xingu, realizada pelo PEEI.</p>

9.1.4. ATENDIMENTO ÀS METAS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO

A planilha de atendimento às metas do projeto é apresentada na sequência.

META	STATUS DE ATENDIMENTO	ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO	JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES
Realizar levantamento junto às comunidades para contribuir para o estabelecimento de políticas públicas	Concluída	Não se aplica.	Ação executada pela FUNAI e SEMED Altamira em 2011, com apoio da Norte Energia.
Realizar seminário para avaliação da implementação da política	Em andamento	Seminário substituído pela reunião do Território Etnoeducacional.	Comunicação oficial do empreendedor em atendimento à solicitação do MEC. Reunião de 2014 realizada em março, previsão de nova reunião no primeiro semestre de 2015.
Realizar um encontro por rota, nos 2 primeiros anos, para discussão dos objetivos das escolas de forma a contribuir para elaboração dos Projetos Político Pedagógicos	Em andamento	Os encontros por rota (seis encontros no total) foram substituídos por uma oficina de formação continuada na cidade com todos os professores indígenas da região e uma oficina por povo nas aldeias (onze encontros no total).	As SEMEDs adotam a metodologia de formação continuada de professores como forma de complementar a formação inicial e promover cursos. Portanto, o PEEI ajustou sua metodologia em função do planejamento das SEMEDs e estendeu suas oficinas para as aldeias de forma a atender as especificidades da cada povo.
1 Viagem de Intercâmbio com uma delegação de indígenas para conhecer outras propostas de Educação Escolar Indígena	Em andamento	Não se aplica.	Atividade prevista para início em 2015. A coordenação do PEEI encontra-se em articulação com os futuros parceiros para promover o intercâmbio.

9.1.5. ATIVIDADES PREVISTAS

As atividades previstas para o próximo período/2015, dependem da pactuação de um cronograma integrado com as SEMEDs, SEDUC e MEC, a ser realizada em janeiro, a qual será devidamente formalizada para apresentação do próximo Relatório Consolidado Semestral - RCS. As ações referem-se à

- Finalização dos PPPs Parakanã, Asurini, Arara e Kararaô;
- Elaboração participativa nas comunidades dos PPPs dos demais povos indígenas do Médio Xingu: Araweté, Arara da Volta Grande do Xingu, Juruna, Kuruaya e Xikrin;
- Apoio na realização da reunião anual do Conselho do Território Etnoeducacional, ainda sem previsão de data e cuja convocação é responsabilidade do MEC;
- Realização de dois intercâmbios, com indicativo para maio e junho (datas ainda a serem pactuadas com os parceiros que receberão os indígenas do médio Xingu) para os professores indígenas e educadores das secretarias, em integração com a atividade “Realização das viagens de intercâmbio de Professores Indígenas e Não Indígenas” do Projeto de Estruturação das Escolas Indígenas.

O **Quadro 9.1 - 1** sintetiza os prazos estabelecidos para o acontecimento das atividades; entretanto, os mesmos poderão sofrer alterações no mês de janeiro em função da adaptação ao cronograma das SEMEDs e demais órgãos do governo.

Quadro 9.1 - 1 – Atividades previstas até agosto de 2015.

ATIVIDADE	PERÍODO – 2015							
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
Pactuação de cronograma integrado com as SEMEDs de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e SEDUC-PA.	X							
Planejamento da continuidade do apoio à elaboração dos PPPs com as SEMEDs.	X	X						
Estabelecimento de parcerias	X	X	X					
Finalização dos PPPs das escolas indígenas dos povos Arara, Kararaô, Asurini e Parakanã.	X	X	X					
Apoio à elaboração dos PPPs das escolas indígenas dos povos Kuruaya, Araweté, Juruna, Arara da VGX e Xikrin.	X	X	X	X	X	X	X	
Reunião do Conselho do Território Etnoeducacional do Médio Xingu*.							X**	
Primeiro Intercâmbio					X	X**		

ATIVIDADE	PERÍODO - 2015							
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
Segundo intercâmbio						X	X**	
Assessoria técnica e especializada às SEMEDs e SEDUC - PA.	X	X	X	X	X	X	X	X

* Data depende da convocação do MEC.

** Prazo máximo para acontecer a atividade.

9.1.6. ATENDIMENTO AO CRONOGRAMA

O cronograma gráfico para o pacote de trabalho em questão é apresentado na sequência.



Atividades/Ação

Item	Descrição		2011	2012	2013												2014	2015	2016	2017
					Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez				
Programa de Educação Escolar Indígena		Implantação																		
Projeto de Estabelecimento de Política de Educação Escolar Indígena para a Região do Médio Xingu																				
Apoio à implementação uma política regional de educação escolar indígena																				
1	Realização de viagens para sistematização das demandas (Ação já executada pelo MEC e FUNAI)	Previsto																		
		Realizado																		
2	Apoio à realização de Seminário anual em Altamira de avaliação e acompanhamento da implantação da política de educação	Previsto																		
		Realizado																		
3	Apoio ao processo de proposição de projetos político pedagógicos (PPP)	Previsto																		
		Realizado																		
4	Formação de rede de parceiros e realização de viagens de intercâmbio	Previsto																		
		Realizado																		

Legenda
 Prazo executado pela atividade
 Prazo planejado

9.1.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é hoje uma dívida social do Estado. Disponibilizar às escolas indígenas instrumentos que permitam alcançar uma educação de qualidade nos diversos níveis de escolaridade tornou-se um desafio. Apesar do Programa de Educação Escolar Indígena ser um apoio à implementação de políticas públicas de educação na região, suas ações são uma das mais requisitadas pelas comunidades indígenas. Os indígenas entendem que não é papel do PBA-CI substituir as ações das diversas instâncias de governo, mas acreditam que o PEEI poderá facilitar o acesso às políticas públicas, dando suporte e condições favoráveis ao bom funcionamento das políticas educacionais. Esse entendimento possibilita às equipes do PEEI serem bem recebidas nas aldeias, dado o interesse na realização das atividades e a boa relação construída com as secretarias municipais de educação.

A necessidade de melhoria na qualidade da educação escolar indígena na região motiva os indígenas a participarem das discussões propostas pelas equipes compartilhadas entre PEEI e as secretarias de educação (municipais e estadual). Além disso, a possibilidade dos povos indígenas do Médio Xingu reverem sua forma de organização escolar e os conteúdos hoje ensinados em suas aldeias, tornou-se uma prioridade para os professores indígenas e para as secretarias de educação, visando atender à legislação que garante aos povos indígenas o direito a uma educação diferenciada e de qualidade.

Segundo Kawuré Parakanã, professor indígena da aldeia Apyterewa, TI Apyterewa, “o conhecimento do não indígena é bom, mas não podemos esquecer daquilo que nós somos”. Este pensamento tem norteado as ações do PEEI no sentido de ampliar a participação dos índios com relação à tomada de decisões e sugestões de encaminhamento junto às SEMEDs. A criação, por parte do MEC, da Comissão Gestora do Território Etnoeducacional do Médio Xingu, foi uma importante conquista para os povos indígenas da região, ampliando os espaços de controle social das comunidades sobre a implementação de políticas públicas.

Até o presente momento, a construção dos PPPs foi iniciada nas comunidades pertencentes a cinco povos indígenas (Arara, Asurini, Kararaô, Parakanã e Xipaya), tendo sido concluída em um deles (Xipaya). Esses documentos em fase de construção necessitam ainda de conversas nas aldeias para sua finalização. A primeira versão dos PPPs deve ser aplicada e utilizada ainda em 2015, a fim das comunidades e SEMEDs identificarem os ajustes necessários para que se torne um documento eficaz e de efeito político para cada povo. Ademais, tanto indígenas quanto secretarias entendem que o processo educacional deve ser dinâmico, assim como o PPP deve ser constantemente consultado e modificado, visando atender as necessidades reais de cada povo naquele determinado momento.

Diante do exposto, as ações do presente projeto estão sendo desenvolvidas a contento e suas metas estão sendo atingidas dentro dos prazos estabelecidos. O PEEI incentiva o protagonismo indígena na luta pela garantia desses povos a seus direitos à cidadania, por meio do processo formativo implementado e de valorização dos saberes e da cultura

de cada povo. A assessoria constante às secretarias municipais e estadual de educação, de forma a permitir uma ampliação e promoção do princípio da inclusão social com o fortalecimento dos órgãos públicos responsáveis pela educação escolar indígena na região, também representa um importante avanço para a melhoria da qualidade na educação indígena.

9.1.8. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL - CTF
Larissa de Souza Lança	Bióloga, MSc. em Diversidade Biológica	Coordenadora	CRBio: 94789/01-D	4719825
Maria Elisa Ladeira	Antropóloga, Dra. em Linguística	Consultora Sênior		N/A
Alessandra Traldi Simoni	Antropóloga, MSc. em Demografia	Coordenadora adjunta do PPC		6214184
Pollyana Mendonça	Antropóloga, MSc. em Antropologia Social e Cultural	Assessoria Pedagógica		N/A
Ana Carolina Alves	Antropóloga, doutoranda em Linguística	Assessoria Linguística		N/A
Olavo dos Reis Toledo	Cientista Social, MSc. em Antropologia Social	Analista Socioambiental - equipe de campo		5869403
Valério Caetano	Cientista Social	Analista socioambiental -equipe de campo		6239741
Carolina Scheidecker	Cientista Social	Analista socioambiental -equipe de campo		6240057
Anderson Bonilha	Biólogo	Analista socioambiental -equipe de campo		2237646
Daniel Tibério Luz	Cientista Social	Analista socioambiental -equipe de campo		6240146
Luis Carlos da Silva Sampaio	Biólogo	Analista socioambiental -equipe de campo		5385030
Elizangela Moreira Pantoja	Pedagoga	Coordenação da Educação Escolar Indígena – SEMED de Vitória do Xingu		N/A
Cecília Maria Nascimento	Pedagoga	Coordenação da Educação Escolar Indígena – SEMED de Altamira		N/A

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL - CTF
Marilene de Carvalho	Graduanda do curso de Etnodesenvolvimento (UFPA)	Assessora indígena da SEMED – Altamira		N/A
Maria Ellen Regina da Rocha	Pedagoga	Diretora do Polo Educacional Iriri – povos Kuruaya, Xipayaya, Arara e Kararaô		N/A
Eduardo Henrique Capelli Belezini	Cientista Social, mestrando em Antropologia	Representante do Observatório da Educação Escolar Indígena da UFSCar		N/A
Isabel Vasconcelos	Cientista Social e Assistente Social, Mestre em Direitos Humanos	Consultora do Plano Museológico (PPC)		N/A

9.1.9. ANEXOS

Anexo 9.1 - 1 – Mapeamento da Educação Escolar Indígena no Médio Xingu.

Anexo 9.1 - 2 – Ata do I Encontro de Educação Escolar Indígena do Médio Xingu.

Anexo 9.1 - 3 – Plano de Ação do TEEMX.

Anexo 9.1 - 4 – Ofício da Diretoria Socioambiental, em atendimento à solicitação do MEC.

Anexo 9.1 - 5 – Ata da reunião da Comissão Gestora do TEEMX.

Anexo 9.1 - 6 – Folder da Programação da Formação Continuada de Professores.

Anexo 9.1 - 7 – Documento de orientação para elaboração participativa do PPP nas aldeias.

Anexo 9.1 - 8 – Versão Final do Projeto Político-Pedagógico da Escola do Povo Xipayaya.